



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CS	
Nº Único	484479
Entrada/Série nº	77
Data	08/01/2014

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Saúde
Deputada M^a Antónia Almeida Santos

Lisboa, 8 de janeiro de 2014

Assunto: Requer a presença do Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos sobre a acessibilidade aos cuidados de saúde

Por diversas vezes, o PCP afirmou que a política do Governo na área da saúde está a condenar à morte antecipada os portugueses. Infelizmente a vida tem vindo a dar razão ao PCP. Há cada vez mais indícios das consequências da política de cortes no Serviço Nacional de Saúde na saúde dos portugueses.

A denuncia pública da Associação de Luta Contra o Cancro do Intestino é bem exemplificativa da chamada de atenção do PCP. Uma doente oncológica aguardou dois anos para realizar uma colonoscopia, quando a devia ter feito imediatamente após o rastreio positivo ao cancro colorretal. Entretanto, a doente descobriu que tinha um cancro em estado avançado, inoperável e está atualmente a fazer tratamentos de quimioterapia para reduzir o tumor.

Já tinha vindo a público a enorme dificuldade dos utentes conseguirem realizar colonoscopia quando prescrita pelo seu médico. Mas, perante isto não basta ao Ministério reconhecer o problema, é preciso que se tomem medidas que permitam a sua resolução. A verdade é que o problema persiste e está a colocar em causa a qualidade de vida e a própria vida dos portugueses.

De que vale lamentar profundamente o sucedido como faz o Ministério da Saúde? De nada. Diz mais, que considera intolerável a doente esperar dois anos por uma colonoscopia. Nestas declarações o Ministério da Saúde procura fugir às suas responsabilidades. A responsabilidade da doente não ter realizado a colonoscopia é do Ministério da Saúde que impõe limitações na prescrição de medicamentos, exames e tratamentos.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

São inúmeras as denúncias que recebemos de todos os pontos de país, de utentes, de profissionais de saúde e de associações, das crescentes dificuldades no acesso aos cuidados de saúde. A restrição na dispensa da medicação mais adequada face à patologia de cada doente, nomeadamente nos doentes com esclerose múltipla, com hepatite C ou oncológicos. A restrição no acesso a tratamentos, como é exemplo a medicina física e de reabilitação.

Verifica-se a redução de consultas presenciais nos cuidados de saúde primários, que constituem a “porta de entrada no Serviço Nacional de Saúde”.

A política do Governo na área da saúde conduz à privação do direito à saúde, um direito consagrado constitucionalmente.

Perante as crescentes dificuldades no acesso aos cuidados de saúde pelos portugueses devido à opção política do Governo em dismantelar o Serviço Nacional de Saúde, por via do desinvestimento, do ataque aos direitos dos profissionais de saúde, da transferência de custos da saúde para os utentes e da privatização de mais serviços públicos de saúde, o Grupo Parlamentar do PCP requer a presença do Ministro da Saúde na Comissão de Saúde.

Com os melhores cumprimentos,

As Deputadas


Paula Santos


Carla Cruz